



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação Nº 390/2023

Processo Número: **24158/2023** | Data do Protocolo: 15/08/2023 17:42:18

Autoria: **Beth Sahão**

Assinaturas Indicadas:

Ementa: **Requer ao Sr. Secretário da Segurança Pública informações sobre o Programa "Olho Vivo".**





REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, XVI, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requero que se oficie ao Senhor Secretário de Segurança Pública, requisitando-lhe as informações a seguir.

1 – Quantos dispositivos de captura de dados de audiovisuais e georreferenciados (câmeras corporais) foram adquiridos pelo Governo do Estado de São Paulo desde a implementação do Programa Olho Vivo;

2 – Quantos dispositivos de captura de dados de audiovisuais e georreferenciados (câmeras corporais) estão em uso pela Polícia Militar do Estado de São Paulo;

3 – Quais medidas estão sendo adotadas para que dispositivos de captura de dados de audiovisuais e georreferenciados (câmeras corporais) que estão fora de uso, por eventuais defeitos, possam ser recuperados;

4 – Quantos dispositivos de captura de dados de audiovisuais e georreferenciados (câmeras corporais) seriam necessários para que todos os agentes da polícia militar em atividade de rua possam desempenhar suas ações portando o equipamento;

5 – Qual o orçamento destinado para a ampliação do Programa Olho Vivo, por meio da aquisição de dispositivos de captura de dados de audiovisuais e georreferenciados (câmeras corporais) para o ano de 2023;

6 – Do orçamento destinado à ampliação do Programa Olho Vivo no orçamento do ano de 2023, quanto já foi executado;

7 – Há, por parte da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, perspectiva de reserva orçamentária para o Programa Olho Vivo para o orçamento do ano de 2024.

JUSTIFICATIVA

Após a morte do soldado PM Patrick Bastos Reis, a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo desencadeou a Operação Escudo, deslocando grande contingente policial para a Cidade do Guarujá, baixada santista. Com o intuito de localizar os autores do homicídio do agente da ROTA, levando-o à Justiça, a ação logrou êxito, com a prisão de três pessoas acusadas do hediondo crime, além de efetuar a prisão de pessoas ligadas ao crime organizado.

Ainda que a Operação Escudo tenha alcançado o êxito de efetuar a prisão de suspeitos pela morte do soldado Patrick Bastos Reis, a ação da polícia militar perdurou por vários dias, sendo alvo de denúncias de má conduta dos agentes da segurança pública, por prática de crimes, tais como tortura, ameaça e execuções sumárias.





Entre os dias 28 de julho e 1º de agosto deste ano, a Operação Escudo, sob comando da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, resultou em 16 mortes decorrentes de intervenção policial.

Denúncias colhidas pela Defensoria Pública, Ouvidoria da Polícia, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CONDEPE, Comissão de Direitos Humanos da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil e movimentos sociais, dentre outros, apontam para cometimento de excessos e crimes por parte de agentes da Polícia Militar.

De acordo com informações recebidas, policiais militares agiram com abuso de autoridade contra cidadãos e cidadãs, impondo toque de recolher para as áreas periféricas do Município do Guarujá, praticaram torturas contra moradores, além de executarem sumariamente 16 pessoas, alterando os locais das mortes para simular injusta agressão aos agentes da segurança pública.

Implementado em agosto de 2020, o Programa Olho Vivo disponibilizou cerca de 10.000 (dez mil) dispositivos de captura de dados de audiovisuais e georreferenciados (câmeras corporais) para agentes da polícia militar do Estado.

Eficazes tanto no monitoramento da atividade policial, quanto na proteção dos próprios agentes da segurança pública, as câmeras corporais têm se revelado importante instrumento da política de segurança pública no Estado de São Paulo. De acordo com estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, a utilização dos dispositivos de captura de dados de audiovisuais e georreferenciados resultou na redução da letalidade policial e, também, na diminuição de mortes de policiais em serviço. A pesquisa revelou ainda que, além da letalidade policial, houve redução da criminalidade.

Ante o exposto, considerando a relevância da execução de uma política de segurança pública pautada pelo respeito à estrita legalidade, bem como a importância de preservar a vida dos agentes das polícias paulistas, requeremos que seja o Programa Olho Vivo ampliado, de modo a se adquirir dispositivos de captura de dados de audiovisuais e georreferenciados (câmeras corporais) para todos os agentes policiais que estão em atividade de rua.

Beth Sahão



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310038003000370030003A005000

Assinado eletronicamente por **Beth Sahão** em 15/08/2023 16:33

Checksum: **D02AD989C1F510AFE365884DCA03EE464218E4CA162B014B0EF75747D3245D4C**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100310038003000370030003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.